

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Valor Econômico

[Título: Chinesa volta a negociar compra de Santo Antonio](#) 21

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: A violência pesa na conta.....	2
Título: Reajuste deve fazer inflação no Rio subir de 0,3% para 0,5% no mês	5
Título: Acordo entre Embraer e Boeing será usado na negociação do aço	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Venda da Eletrobrás enfrenta resistência.....	7
Título: Notas	9
Título: Trump impõe critérios políticos para tirar sobretaxa	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: EUA têm critérios para livrar países de sobretaxas e Brasil avalia opções	11
Título: China, líder mundial de aço e alumínio, é acusada de dumping	13
Título: Belo Monte suspende testes de turbinas após morte de peixes.....	15
VEÍCULO: Valor Econômico	16
Título: Audiências discutirão regras para leilão de transmissão.....	16
Título: Fórum Econômico Mundial lança ranking de energia	16

Título: GP avalia fatia da AES na Eletropaulo	18
Título: Justiça autoriza Aneel a cobrar CCC da Eletrobras	19
Título: Chinesa volta a negociar compra de Santo Antonio	21
Título: Destaques	23
Título: Presidente deixa Tupy depois de 15 anos de transformação estrutural	24
Título: Acordo nos EUA e Refis afetam Petrobras.....	25
Título: Anglo diz que rompimento de duto não atinge exportação.....	27

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura, Bruno Rosa E Ramona Ordoñez

Título: A violência pesa na conta

Tarifa da Light sobe 9,09% e a da Enel, 21,46%. Crise na segurança pública entra no cálculo.

O consumidor do Rio de Janeiro terá de lidar com aumentos na conta de luz bem acima da inflação a partir de amanhã. Por determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), os clientes da Light irão arcar com um reajuste médio de 9,09% nas tarifas residenciais. O reajuste para os consumidores residenciais da Enel Rio (antiga Ampla) será ainda maior, de 21,46%. Ambos estão muito acima da inflação de 2017, que foi de 2,95%.

Falta de chuvas no ano passado e aumento de encargos sociais contribuíram para o aumento. A crise na segurança pública no estado também foi levada em conta pelo órgão ao definir os percentuais de alta, principalmente no caso da Enel. Para compor a nova tarifa da Enel, que atende 66 municípios fluminenses, a agência reguladora deu mais peso para o problema da segurança pública.

A Aneel levou em consideração riscos que a empresa enfrenta em áreas onflagradas e onde há furto de energia. Como os técnicos não conseguem entrar nesses lugares, a empresa fica impossibilitada de fazer cortes e cobrar dívidas. Os custos da criminalidade foram citados pelas duas distribuidoras de energia do estado na reunião com a Aneel.

Na apresentação, as empresas argumentaram que a intervenção federal ajudará a mensurar o tempo que levam para restabelecer a luz em áreas dominadas por

grupos armados. Dessa forma, a agência poderá ter uma noção melhor de como a violência prejudica os índices de qualidade das distribuidoras, como número e duração das interrupções. As companhias também mencionaram o alto volume de furtos de energia com “gatos”.

— As empresas tentaram mostrar para a Aneel a complexidade do Rio para que o órgão regulador não puna a concessionária porque ela demorou a restabelecer a energia em áreas de risco — disse uma fonte que acompanhou as discussões.

NOVA METODOLOGIA PARA FURTOS E INADIMPLÊNCIA

O caso é tão grave que a autarquia decidiu rever sua metodologia de cálculo de perdas com furtos, inadimplência e indicadores de qualidade na hora de definir as tarifas. As mudanças vão valer a partir das revisões tarifárias de 2019. No caso da Light, os gastos decorrentes dos problemas de segurança pública entraram no reajuste, mas com menor peso.

A empresa tem um problema considerado crônico, que sempre é incorporado nas tarifas: o furto de energia na área de concessão da distribuidora corresponde a cerca de 40%, o equivalente ao consumo do Espírito Santo durante um ano. Segundo integrantes do governo, contudo, a empresa não apresentou números tão expressivos quanto os da Enel em relação à violência.

A conta da Enel subirá muito mais do que a da Light porque a Aneel decidiu aplicar um reajuste de 8 pontos percentuais no valor que precisa ser pago à distribuidora como forma de compensá-la pelos investimentos feitos em melhoria dos serviços nos últimos anos. Tudo isso fez com que a tarifa desse um salto. O repasse faz parte da revisão tarifária que ocorre a cada cinco anos. O da Light foi em 2017.

Além da segurança, a falta de chuvas e aumento nos subsídios fizeram a conta de luz disparar. Neste ano, todo o país pagará mais de R\$ 16 bilhões em encargos. O dinheiro é usado pelo governo para bancar programas como o Luz Para Todos, diminuir o valor das contas para famílias de baixa renda e comprar combustível para gerar energia em regiões isoladas do país (como na Amazônia).

Isso representa cerca de 2,5 pontos percentuais nas altas das distribuidoras. Os encargos são garantidos em lei e, sozinha, a agência reguladora diz que não pode fazer nada para evitar as altas. O resultado da falta de chuvas e a baixa histórica no nível dos reservatórios das hidrelétricas no ano passado também vão para as tarifas. Apesar de os consumidores terem pago um adicional nas

contas por meio das bandeiras tarifárias, o montante não foi suficiente e deixou um passivo para 2018 superior a R\$ 4 bilhões.

Como o Brasil é muito dependente de usinas hidrelétricas, quando chove menos é preciso ligar usinas térmicas para garantir o suprimento. Além de mais poluentes, são mais caras. — Cerca de 75% do preço das tarifas são encargos, custo da energia e tributos. O consumidor deve usar energia o mais racionalmente possível.

Mas é importante resolver a questão do novo marco regulatório, que está em discussão no setor e no Congresso. O setor elétrico precisa mudar — avalia Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ. Também impacta as faturas o repasse aos consumidores de custos com o pagamento de indenizações multibilionárias a empresas de transmissão de energia pela renovação antecipada de seus contratos de concessão em 2013, durante o governo Dilma Rousseff.

As compensações às elétricas haviam sido prometidas pela União às empresas por investimentos feitos por elas e ainda não reembolsados. Essa conta vai perseguir os brasileiros por mais seis anos, pelo menos. Existe ainda o peso da carga tributária, uma vez que o ICMS no Rio é o maior do país para o setor de energia: 25%.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, demonstrou preocupação com os aumentos: — Tem que haver uma discussão do nível da tarifa. O grande impacto é oriundo de encargos setoriais. Essa questão precisa ser debatida. A tarifa ultrapassa os índices que medem a inflação no período. E aqui é tarifa, porque, quando adiciona os tributos, o preço final pago aumenta. É um valor bastante significativo.

Para Lucas Rodrigues, analista de mercado da Safira Energia, os reajustes elevados mostram mesmo a necessidade de rever a metodologia. Segundo ele, sem um novo marco regulatório, as tarifas devem continuar a subir acima da inflação. Em nota, a Light disse que teve um dos menores reajustes aprovados pela Aneel, em relação aos valores que estão sendo concedidos às grandes distribuidoras este ano e destacou que tem feito investimentos em sua rede.

A Enel ressaltou que passa por revisão tarifária: “Outro fator que influenciou a revisão foi o investimento realizado pela Enel Distribuição Rio nos últimos cinco anos para melhorar a qualidade do serviço, principalmente, por meio da digitalização da rede, com a instalação de sistemas de automação controlados remotamente”.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Cássia Almeida****Título: Reajuste deve fazer inflação no Rio subir de 0,3% para 0,5% no mês**

No índice anual, impacto será de 0,52 ponto percentual, afetando o orçamento das famílias.

A alta nas tarifas da Light e para os clientes da Enel (antiga Ampla) vai fazer a inflação no Rio subir 0,52 ponto percentual este ano. O impacto ficará concentrado entre março e abril, já que o reajuste começa a valer na próxima quinta-feira. Esse aumento pode fazer a inflação do Rio subir de 0,3% para 0,5% em março. A energia pesa muito no orçamento doméstico, em comparação com o aluguel e a gasolina.

Por isso, alta superior a 20% vai deixar as contas das famílias e empresas mais apertadas. Se for confirmada a recomendação da Aneel de aumentar a tarifa da Cemig, maior distribuidora do país, em 22,63%, a inflação nacional pode terminar o ano em 3,8%, ainda abaixo do centro da meta de inflação de 4,5%. — Com a atividade retomando, pode haver algum repasse para os preços dos serviços.

Estou prevendo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 3,6% este ano, que pode subir para 3,8% com essas altas — afirma André Braz, economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Braz observa que esse será o segundo ano seguido de reajuste perto de 10% nas contas de luz, apesar de a inflação em 2017 ter ficado em 2,95% e de as projeções apontarem menos de 4% este ano.

No ano passado, os fluminenses pagaram 12,04% a mais na conta de luz, acima dos 10,35% da média nacional. As previsões, antes de a Aneel começar a divulgar as revisões tarifárias, eram de alta média de 9%.

Segundo Maria Andrea Parente, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, as revisões tarifárias surpreenderam, mas não há risco de o IPCA ultrapassar 4,5%: — Os agentes vão testar até onde podem repassar para não assustar o consumidor, que está voltando. Ainda não é um cenário que se consegue repassar custos facilmente para o consumidor.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Eliane Oliveira****Título: Acordo entre Embraer e Boeing será usado na negociação do aço**

Brasil vai acenar com suspensão da operação caso EUA não exclua país da sobretaxa.

O acordo entre Embraer e Boeing poderá ser usado como barganha nas duas pontas da negociação em torno da sobretaxa de 25% ao aço importado imposta pelos Estados Unidos. A expectativa de técnicos do governo brasileiro e representantes do setor privado ouvidos pelo GLOBO é que, de um lado, o Brasil acenará com a não permissão da operação entre as duas fabricantes de aeronaves caso os produtos siderúrgicos não sejam excluídos da medida protecionista. De outro, as autoridades americanas vão exigir que a negociação entre as duas companhias ocorra de forma mais rápida e simplificada.

Antes do impasse em torno do aço e do alumínio (cujas importações também serão sobretaxadas para os EUA, só que em 10%), a previsão era que o acordo entre Embraer e Boeing poderia ser finalizado ainda este mês. Porém, como o Departamento de Comércio americano, até esta terça-feira, ainda estava fechado para receber pedidos de exceção de países que alegam que serão prejudicados com a sobretaxa, é possível que a associação entre as duas companhias demore um pouco mais. As empresas, portanto, ficariam dependendo de um desfecho em outra área nas relações bilaterais para fecharem o negócio.

PRESSÃO SOBRE ETANOL

Uma fonte explicou que, dentro desse grande arranjo de interesses da aviação, a Embraer tem concorrência direta com a canadense Bombardier. Por causa da forte competição, Brasil e Canadá brigaram várias vezes pelos mercados de aeronaves na Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, recentemente, a Bombardier se associou à Airbus, o que levou Embraer e Boeing a buscarem o mesmo, em uma contraposição de forças.

A lista de itens que poderiam ser negociados entre Brasil e EUA tem por objetivo evitar dois problemas: uma perda anual de US\$ 2,6 bilhões com aços semiacabados que são exportados ao mercado americano e, no mercado doméstico, um surto de importações de siderúrgicos, causado por um excedente de mais de 700 milhões de toneladas que precisarão ser desovadas.

E AINDA: China: aço é um problema global que não se pode resolver sozinho

Conforme O GLOBO antecipou na segunda-feira, além da operação entre Embraer e Boeing, o Brasil será pressionado a ceder no etanol. Em setembro do ano passado, a Câmara do Comércio Exterior (Camex) aprovou a criação de uma cota de importação de 600 milhões de litros de etanol ao ano livre de tarifa. A importação acima desse volume passou a ser tributada com uma alíquota de

20%. A medida terá duração de 24 meses. A ideia é proteger os produtores do Nordeste, uma vez que as usinas estavam importando álcool de milho proveniente dos EUA. Foi detectado um aumento de 320% nas importações.

— Os EUA vão requerer que o governo volte atrás ou aumente essa cota — especulou um técnico da área de comércio exterior.

Por outro lado, o Brasil é o maior importador de carvão metalúrgico dos EUA. Uma forma de pressão seria passar a comprar o produto de outros fornecedores, como Austrália e Polônia. As compras de carvão americano somaram US\$ 1 bilhão no ano passado.

Dados do Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) mostram que o Brasil exportou, no ano passado, cerca de US\$ 8 bilhões de produtos siderúrgicos para o mundo todo. Os EUA ficaram com US\$ 2,6 bilhões e lideraram o ranking de importadores de aço brasileiro. Foram seguidos por Argentina, Alemanha, Turquia e México.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth / Carla Araújo / Igor Gadelha

Título: Venda da Eletrobrás enfrenta resistência

Considerada prioritária pelo governo, privatização da estatal não é bem-vista na Câmara e ainda depende de ato burocrático do governo.

Embora seja considerada a medida mais importante da lista de 15 projetos anunciados como prioritários pelo governo em fevereiro, a privatização da Eletrobrás ainda enfrenta resistência na Câmara e depende de um ato burocrático do próprio governo. Até hoje, o presidente Michel Temer não editou decreto com inclusão da estatal de energia no Plano Nacional de Desestatização (PND).

O decreto regulamenta a Medida Provisória 814/2017 e é essencial para permitir que a companhia contrate os estudos necessários ao processo de privatização. Antes, a “desculpa oficial” para não publicar o decreto eram decisões judiciais que suspendiam os efeitos da MP 814. Mas já faz mais de um mês que as liminares foram derrubadas, ambas no dia 2 de fevereiro, e o decreto ainda não saiu.

Fontes do Planalto relatam que o assunto é “complexo” e demanda tempo para análise. O Estadão/Broadcast apurou, porém, que todos os itens que geravam controvérsias entre as áreas foram resolvidos e que todas as recomendações da

Casa Civil foram acolhidas no texto final. Procurada, a Casa Civil informou que o decreto ainda está em análise internamente.

Ontem, o governo mostrou mais articulação no Congresso e conseguiu instalar, mesmo sob protestos da oposição, a comissão especial que vai analisar o projeto da privatização da Eletrobrás. Apesar das manobras protelatórias da oposição, no início da noite, a comissão elegeu como presidente o deputado Hugo Motta (MDB-PB).

O relator será o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que mantém previsão de votar o projeto no começo de abril. Resistência. O tema das privatizações encontra resistência e mobiliza trabalhadores, sindicatos e partidos de esquerda. Por isso, a questão pode atrasar, ainda que o Tesouro conte com R\$ 12,2 bilhões em bônus de outorga a serem pagos pela Eletrobrás para cumprir a meta fiscal deste ano.

Para que a pauta avance, é fundamental aprová-la ainda no primeiro semestre. Depois de junho, os deputados estarão focados apenas na campanha eleitoral, e os trabalhos no Congresso perdem ritmo. Na Câmara, o governo deve enfrentar forte resistência ao projeto, admitem lideranças dos dez maiores partidos da base aliada – MDB, PSDB, PP, PSD, PR, DEM, PRB, PTB, SD e PPS.

Líderes e vice-líderes desses partidos, que reúnem juntos 322 deputados, apontam que a resistência vem principalmente das bancadas do Nordeste e de Minas Gerais, que possuem subsidiárias da estatal, e é motivada tanto por problemas em relação ao mérito da proposta quanto pelo medo dos parlamentares de votarem a matéria em ano eleitoral.

“Não é um tema fácil. Tem de fazer uma avaliação do negócio. Não é só vender, tem de saber por quanto, o que vai entrar”, afirmou o líder do PP na Câmara, Arthur Lira (AL), que comanda a terceira maior bancada da base aliada, com 45 deputados.

“Tenho visto resistência do pessoal de Minas e do Nordeste, mas nossa expectativa é que o relatório que está sendo trabalhado pelo deputado (José Carlos) Aleluia (DEM-BA) traga a solução para aprovar o projeto dando a ressalva que eles querem”, disse Baleia Rossi (SP), líder do MDB, partido com a maior bancada da Câmara.

A resistência ao projeto é admitida até pelo líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE): “A resistência é grande. Se resolver a questão da revitalização do (rio) São Francisco resolve Nordeste e Minas, mas ainda tem resistência no Sul, Sudeste também”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães****Título: Notas**

Eletropaulo segue trâmite para fazer oferta de ações

A Eletropaulo está muito próxima de lançar sua oferta subsequente de ações de até R\$ 2 bilhões, incluindo uma emissão primária e secundária de papéis, que permitirá à AES sair do capital da empresa. A operação foi viabilizada após a distribuidora ter chegado a um acordo com a Eletrobrás para encerrar uma disputa judicial bilionária que se arrastava há décadas, passivo que vinha pesando no valor da empresa. O assunto pode ser apreciado na próxima semana pelo conselho da Eletropaulo. Na última segunda-feira, executivos da companhia reiteraram que avaliam uma oferta como fonte para seu crescimento, mas disseram que até o momento a decisão não foi tomada. Eles salientaram que a operação “não necessariamente” seria para financiar o pagamento do acordo com a Eletrobrás, que exigirá um desembolso total de R\$ 1,5 bilhão em quatro anos.

» Preparativos.

Os preparativos para a oferta começaram há meses, com a migração da companhia para o Novo Mercado, segmento de mais elevadas práticas de governança corporativa da B3. A empresa já contratou um sindicato de bancos, formado por Bradesco BBI, JPMorgan, Citi e Itaú BBA. A eficácia do acordo com a Eletrobrás ainda está sujeita ao trânsito em julgado da sua homologação judicial perante a Justiça do Rio de Janeiro. A oferta, entretanto, pode ocorrer mesmo sem esse crivo, porque o entendimento da Eletropaulo é de que as chances de não homologação são remotas. Procurada, a Eletropaulo reforçou que não há decisão sobre o tema, embora avalie a oferta, entre outras opções.

» Na agenda.

O novo Conselho de Administração da Usiminas, a ser eleito em abril, terá que tomar uma decisão a respeito de seu negócio de mineração. A siderúrgica mineira vem retomando, desde o ano passado, algumas linhas que estavam paralisadas, aproveitando para exportar. Um projeto, batizado de Compactos, que elevaria a atual capacidade de produção de 12 milhões de toneladas para 29 milhões de toneladas, foi deixado de lado nos anos de preços mais baixos do minério de ferro, crise financeira na companhia e enquanto a empresa estava envolta em sua briga societária, capítulo que parece ter ficado para trás. O

assunto se torna urgente, visto que as minas, no atual estágio, têm vida útil estimada apenas até 2024.

» **Colocando carga.**

A Mineração Usiminas (Musa) retomou, no ano passado, a produção de duas instalações de tratamento de minério na região de Serra Azul (MG): a instalação de tratamento flotação e a mina Leste. “O Conselho de Administração da Mineração Usiminas mantém avaliações constantes de opções de otimização de suas reservas minerais, não havendo previsão de tomada de decisão no curto prazo”, destaca a siderúrgica mineira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Jamil Chade

Título: Trump impõe critérios políticos para tirar sobretaxa

Governo americano quer, entre outros pontos, apoio dos países em disputas na OMC para isentá-los das tarifas sobre aço e alumínio.

O governo americano apresentou cinco exigências aos países que querem ser isentos da taxa para as exportações de aço e alumínio. O detalhamento já foi apresentado a diplomatas japoneses, europeus e coreanos. Na avaliação de alguns negociadores, os critérios, no entanto, são mais políticos do que comerciais. E não ficou claro como os EUA vão controlar o cumprimento dessas exigências.

A mais polêmica estabelece que os governos que querem evitar a taxa do aço precisam apoiar as disputas lideradas pelos Estados Unidos nos tribunais da Organização Mundial do Comércio (OMC). A exigência deve criar uma saiajusta para várias chancelarias que, nos últimos meses, ensaiaram levar o governo americano a julgamento na entidade.

Também seria uma medida complicada para países que, por motivos comerciais, não têm interesse de atacar o governo chinês. Trump também quer que os governos sejam “parceiros” dos EUA em termos de segurança, condicionando aspectos comerciais a uma aliança no setor de Defesa. Não ficou claro para os negociadores o que isso significaria de fato. Uma das críticas é de que as exigências, além de políticas, são amplas e subjetivas.

Mas os critérios estabelecidos pelo governo Trump também envolvem aspectos comerciais. Os americanos pedem um compromisso dos governos em um esforço mundial contra a produção em excesso no setor siderúrgico. Eles

também querem garantias de que os países vão lutar contra o desvio de aço subsidiado de países de origem.

A suspeita dos EUA é de que, embora oficialmente a China diga que exporta apenas 2% do aço ao mercado americano, um volume muito maior seja primeiro vendido a outros países e, dali, reexportado para o território americano. Por fim, o governo também passaria a monitorar o volume das exportações de aço para o mercado americano.

Com base nisso, existe a possibilidade de que cotas sejam estabelecidas para cada exportador. O que passar desse volume seria sobretaxado. Crítica. Mesmo após o detalhamento, os diplomatas europeus insistem que os critérios não estão claros e que não é possível saber o peso de cada argumento, nem quem os monitoraria.

No fim de semana, a comissária de Comércio da União Europeia, Cecilia Malmstrom, se reuniu com o representante de Comércio da Casa Branca, Robert Lighthizer. Ao sair do encontro, ela disse que Lighthizer não apresentou esclarecimentos suficientes.

Longe da troca pública de acusações entre os governos, diplomatas de ambos os lados estão mantendo contatos nos bastidores para organizar um novo encontro ainda nesta semana. Desta vez, a reunião envolveria apenas os técnicos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: PATRÍCIA CAMPOS MELLO DE SÃO PAULO

Título: EUA têm critérios para livrar países de sobretaxas e Brasil avalia opções

Governo Trump apresenta contrapartidas para União Europeia que indicam caminho a seguir

No Brasil, ministros do Desenvolvimento e de Relações Exteriores fazem reunião para traçar estratégias

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, e o ministro do Desenvolvimento, Marcos Jorge de Lima, reúnem-se na manhã desta quarta-feira (14) para discutir formas de barganhar a exclusão do Brasil das novas tarifas americanas sobre aço e alumínio, que entram em vigor 23 de março. A presença do presidente Michel Temer não foi confirmada.

EUA têm dado pistas sobre como conduziram a negociação e os brasileiros estão atentos. Segundo reportagem do site Político e apuração da Folha, o escritório comercial dos EUA determinou critérios para retirada de países europeus da lista de tarifas, que podem ser semelhantes a exigências para o Brasil, que nem sequer foi informado sobre possíveis critérios para negociação.

Uma das exigências é que o parceiro comercial participe dos foros globais sobre excesso de capacidade de produção de aço — algo que o Brasil já faz. Outra é que o país exportador não seja usado para triangulação pela China, ou seja, que não funcione como ponto de reexportação de aço chinês, o que não ocorre no Brasil.

Outro critério para negociar a exclusão das tarifas é que os países europeus apoiem os EUA em ações antidumping e antissubsídios na OMC. O Brasil rejeita esse alinhamento automático.

E o critério mais polêmico é a criação de uma cota de exportação isenta de tarifas, baseada no histórico de volumes exportados por cada país. Na realidade, trata-se de "restrições voluntárias de exportação" a serem adotadas pelos países, que são ilegais segundo a OMC, mas podem ser a única maneira de manter parte do mercado americano. O Brasil se opõe a isso.

Por fim, os EUA analisariam se o país é um parceiro em segurança, como é o caso dos membros da OTAN (aliança militar de países do Atlântico Norte).

OPÇÕES BRASILEIRAS

Entre as opções já em análise no Brasil está a formação de uma coalizão com a Coreia do Sul, Japão e China para contestar a medida na OMC (Organização Mundial do Comércio). Já existem conversas nesse sentido. O objetivo seria pressionar os americanos, mais do que confiar na capacidade da OMC de fazer valer a decisão, uma vez que a discussão poderia demorar mais de 4 anos e os EUA poderiam simplesmente ignorá-lo.

Além disso, estuda-se usar como moeda de troca a eliminação da cota para importação de etanol e abrir a cota de importação de trigo, que são reivindicações americanas. O Brasil havia retirado a tarifa de importação sobre o etanol em 2010, e, no ano seguinte, expirou a taxa imposta pelos americanos ao produto brasileiro. No ano passado, diante da decisão dos EUA de barrarem a carne brasileira e sob pressão dos usineiros, o Brasil impôs uma tarifa de 20% na importação de etanol para volumes que excederem a cota de 600 milhões de litros ao ano.

No caso do trigo, o Brasil avalia a isenção de tarifa de importação do cereal para uma cota de 750 mil toneladas do produto de fora do Mercosul, que favoreceria EUA e Rússia.

As duas concessões, porém, são pequenas diante do valor da exportação brasileira de aço para os EUA —a cota total do trigo equivale a US\$ 140 milhões, sendo que o valor das exportações de aço para os EUA é de quase US\$ 3 bilhões.

O Governo ainda poderia condicionar a entrada em vigor do acordo Céus Abertos, que liberaliza rotas aéreas no Brasil e é um pleito americano. O acordo ficou 6 anos parado na Casa Civil e 18 meses no Congresso e foi aprovado na semana passada.

Uma terceira via seria a diplomacia presidencial. Vários chefes de Estado já telefonaram para o presidente Donald Trump para pedir que seus países sejam poupados das tarifas.

O Argentino Mauricio Macri ligou para Trump na semana passada e o líder americano teria se comprometido a avaliar o pedido dos argentinos, que exportam só US\$21,5 milhões em aço e US\$ 494,6 milhões em alumínio.

Para observadores em Washington, um telefonema de Temer a Trump seria essencial neste momento, atentando para o fato de que o líder americano é particularmente suscetível à lisonja.

Enquanto isso, o Instituto Aço Brasil coordena-se com consumidores americanos de aço brasileiro para que eles façam uma contestação da medida junto ao departamento de Comércio.

As tarifas, que variam de acordo com o tipo de produto, passarão de até 0,9% para 25% sobre o aço e de 2% para 10% sobre o alumínio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: China, líder mundial de aço e alumínio, é acusada de dumping

Primeiro-ministro canadense acusou a China de inundar o mercado mundial de alumínio e aço baratos

A China, principal produtor mundial de aço e alumínio, é acusada de vender os metais a preços muito baixos, o dumping, para se desfazer de seu enorme excedente de produção.

O primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, acusou a China, nesta segunda-feira (12), de inundar o mercado mundial de alumínio e aço baratos, o que considera: "Concorrência desleal". O gigante asiático também está no alvo do presidente americano Donald Trump, que anunciou tarifas aduaneiras pesadas sobre as importações desses dois metais.

A China produz quase metade do aço mundial: 49,2% do total em 2017, segundo a World Steel Association, a federação internacional do setor. Contudo, representa apenas 2% do aço importado pelos Estados Unidos.

As usinas siderúrgicas e metalúrgicas chinesas são, em sua maioria, companhias públicas com elevado nível de endividamento. Em 2017, a produção de aço chinês voltou a crescer 5,7%, a 831,7 milhões de toneladas.

O excedente de produção chinesa fez o preço cair nos últimos anos, e seus parceiros comerciais, como Estados Unidos e União Europeia, entre outros, denunciam subvenções públicas ao setor.

PRODUÇÃO REDUZIDA

A China reconhece que existe um problema, promete medidas concretas e garante ter reduzido sua capacidade de produção em 50 milhões de toneladas no ano passado. A redução da produção foi reforçada no âmbito de uma grande campanha contra a poluição.

As exportações chinesas de aço caíram 30,5%, a 75,4 milhões de toneladas, de acordo com autoridades chinesas, em parte devido à recuperação do consumo interno.

Em 2016, durante a cúpula do G20 em Hangzhou (leste da China), o governo se comprometeu a realizar um fórum mundial sobre o problema do aço, para avaliar os esforços dos estados na redução da oferta.

Na semana passada, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) pediu a este fórum que acelere seus esforços. "Alguns governos continuam subsidiando a siderurgia, exacerbando os desequilíbrios entre oferta e demanda", lamentou a organização, sem citar explicitamente a China.

O país também foi criticado por sua produção excessiva de alumínio, utilizado, entre outros, na indústria automobilística e aeronáutica. A China produz metade do alumínio do planeta.

Por ora, o governo chinês pediu às companhias de 28 grandes cidades do norte da China que reduzam em 30% sua produção de alumínio entre novembro e março, em meio à luta contra a poluição atmosférica. Mas outras fábricas continuam a abrir no país.

Em janeiro e fevereiro deste ano, as exportações de alumínio chinês dispararam 26%, a 817 mil toneladas, segundo autoridades.

AFP

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Belo Monte suspende testes de turbinas após morte de peixes

De São Paulo - A hidrelétrica de Belo Monte suspendeu os testes de suas novas turbinas após uma notificação do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) à concessionária Norte Energia, feita na última sexta-feira (9).

Em janeiro, cerca de uma tonelada de peixes morreram durante a realização de testes da oitava turbina da usina, no rio Xingu, no Pará. À época, os testes no local já haviam sido interrompidos.

Na última semana, o órgão ambiental decidiu barrar preventivamente os testes da nona turbina.

O Órgão ambiental pediu que as turbinas não fossem mais acionadas até que um novo plano de mitigação seja elaborado e aprovado.

A morte dos peixes ocorre porque quando as turbinas são acionadas, os cardumes são atraídos pela correnteza formada com o início da rotação. Em uma operação normal isso não seria um problema, já que a força da correnteza impediria a aproximação dos peixes.

A Norte Energia informou, em nota, que tem "providenciado a implantação de barreiras e outras soluções tecnológicas que evadam cardumes de peixes nas zonas próximas do tubo de sucção de unidades geradoras".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Audiências discutirão regras para leilão de transmissão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a abertura de audiência pública para discutir a regras do leilão destinado à contratação de novos projetos de linhas de transmissão. A minuta do edital de licitação será discutida com o setor a partir de amanhã até o dia 13 de abril.

O leilão de transmissão está previsto para 28 de junho. A licitação envolverá 24 lotes com projetos que totalizam 3.954 quilômetros de rede em 18 Estados. Os estudos apontam para R\$ 8,9 bilhões em investimentos e geração de 19,3 mil empregos diretos.

O leilão incluirá dois lotes não arrematados em ofertas anteriores e três projetos retomados pela agência após enfrentar processo de caducidade da concessão, como no caso do grupo Abengoa. Pelo menos três lotes são de porte maior, envolvendo investimento da ordem de R\$ 1 bilhão.

Na quinta-feira passada, a Aneel assinou os contratos de concessão de 11 linhas negociadas em leilão realizado no ano passado. Os empreendimentos serão instalados em dez Estados e respondem por R\$ 8,7 bilhões de investimentos.

Após realizar ajustes nas regras dos leilões para atrair investidores, a Aneel passou a registrar melhora de resultado dos certames. Em 2016, metade dos lotes ofertados foi rejeitada. Já no leilão de dezembro do ano passado, o número de lotes "vazios" foi zerado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Fórum Econômico Mundial lança ranking de energia

Mesmo tendo uma matriz predominantemente limpa e com baixas emissões, o Brasil figura apenas em 38º lugar entre 114 países analisados pelo Fórum Mundial Econômico quanto à capacidade de fazer uma transição energética mais sustentável e acessível. Um relatório do fórum, que abre hoje em São

Paulo sua edição regional para América Latina, mostra como o mundo deixou de avançar em várias frentes.

No último quinquênio, por exemplo, houve inexpressiva redução da intensidade do uso de carbono: a melhoria de eficiência global foi de apenas 1,8% por ano - a meta exigida pelo Acordo de Paris é de 3% ao ano. Em termos de acessibilidade, desde 2013, as tarifas residenciais de energia tiveram aumento real em mais da metade dos países - embora tenha havido queda generalizada dos preços dos combustíveis.

O relatório "Promoção de uma Transição Energética Efetiva" criou um ranking de países conforme o desempenho de seus atuais sistemas energéticos, medindo três dimensões: segurança energética e acesso à energia, sustentabilidade ambiental do sistema e o potencial para crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. O documento avalia a presença de condições que podem viabilizar a transição para uma economia de baixo carbono.

Suécia, Noruega e Suíça estão no topo do ranking. Somente países ricos, como Holanda e Reino Unido, figuram na lista. Os mais bem posicionados na América Latina são Uruguai (13º), Costa Rica (20º) e Chile (24º).

Colômbia (32º), Brasil (38º) e Rússia (70º) possuem "sistemas energéticos robustos devido à fartura de seus recursos naturais", mas diminuíram sua pontuação por outros fatores: "baixo nível de preparo como resultado da falta de capital humano e os desafios apresentados por suas instituições e estruturas regulatórias".

O Brasil se sai mal em itens como preço da energia elétrica residencial e para indústrias, preço do gás, estabilidade das políticas setoriais e investimentos em eficiência energética. A proporção de empregos em indústrias de baixo carbono na economia e a participação de energias renováveis na matriz são tidos como pontos positivos.

Marisol Argueta de Barillas, ex-chanceler de El Salvador e diretora de América Latina do Fórum Econômico Mundial, prevê algumas importantes discussões entre hoje e amanhã: as eleições presidenciais nos maiores países da região no biênio 2018-2019, a agenda de reformas estruturais, o fortalecimento institucional, a maior integração à economia global e os desafios trazidos pela quarta revolução industrial.

Em meio à escalada protecionista do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, o fórum pretende reiterar sua mensagem de apoio à abertura dos

mercados. "Abraçamos a globalização e o multilateralismo", afirma Marisol, sem comentar especificamente as medidas de Trump.

Haverá, ainda, apoio a 50 startups latino-americanas que farão parte de uma nova plataforma global a ser criada pelo fórum.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Maria Luíza Filgueiras e Camila Maia | De São Paulo

Título: GP avalia fatia da AES na Eletropaulo

O grupo americano AES está negociando a venda de sua participação na distribuidora paulista de energia Eletropaulo a fundos de investimentos. A gestora brasileira GP Investments é uma das interessadas na compra da participação detida pela americana, de 16,84%. Na cotação atual em bolsa, essa fatia vale R\$ 515 milhões.

Em dezembro, a GP captou R\$ 1 bilhão com o objetivo de comprar uma distribuidora de energia e quer efetuar a operação por esse fundo. É a segunda tentativa da GP de entrar na Eletropaulo. A gestora negociou, em 2002, a participação da AES, mas não teve sucesso.

A informação foi antecipada ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**. As ações da Eletropaulo, que vinham operando em queda superior a 2%, passaram a subir com a notícia, e fecharam com ligeiro ganho de 0,05%, a R\$ 18,32.

Desde que a distribuidora de energia migrou para o Novo Mercado, no ano passado, passou a ser uma empresa de capital diluído e sem controlador. O governo é o maior acionista da Eletropaulo, com 18,73% do capital nas mãos do BNDESPar e 7,97% com a União. O banco, porém, não pode vender sua participação em uma negociação bilateral. As alienações de participações acionárias da BNDESPar em empresas listadas são realizadas em bolsa, ofertas públicas e leilões de venda, e não em transações privadas entre as partes - como a GP quer fazer com a AES. O objetivo do BNDESPar é sempre atingir o preço mais alto.

A operação proposta pela GP poderia ser feita concomitantemente à oferta de ações programada para o fim deste mês pela Eletropaulo na bolsa. Nessa oferta o BNDESPar pode reduzir sua fatia e também serviria para capitalizar a empresa com uma oferta primária. Isso viabilizaria o plano da GP, que é ser a maior acionista e conseguir dar um choque de gestão na companhia, com dinheiro em caixa.

Os investidores querem ficar com até 30% do capital da Eletropaulo, para evitar a obrigação de uma oferta pública pelas ações restantes da distribuidora.

A expectativa no mercado é que a oferta de ações seja lançada até o fim deste mês, o que dá à GP um prazo apertado para tentar fechar o negócio antes. Se isso for possível, a gestora sairá com vantagem na oferta de ações, pois poderá exercer o direito de preferência dado aos acionistas atuais na subscrição dos papéis. Nesse cenário, a gestora poderia atingir uma fatia relevante da Eletropaulo sem precisar necessariamente comprar ações do BNDES.

Outros fundos de private equity e family offices também estão avaliando a Eletropaulo, segundo o **Valor** apurou, assim como as empresas de energia elétrica CPFL e Enel. Executivos com conhecimento do assunto dizem que, conforme o maior interesse de investidores, a oferta restrita de ações tende a ser hoje a melhor opção para a Eletropaulo. A empresa e os acionistas atuais conseguiriam um preço melhor na oferta primária e secundária, especialmente após a conclusão do acordo entre Eletropaulo e Eletrobras anunciado na semana passada, que encerrou uma disputa na Justiça que se arrastava há mais de 30 anos. A companhia vai pagar R\$ 1,4 bilhão à Eletrobras, montante inferior aos quase R\$ 3 bilhões que a estatal previa receber, e que era descontado da avaliação que o mercado fazia da distribuidora.

A Eletropaulo precisa dos recursos da oferta primária para fazer frente a investimentos em modernização, ganhos de eficiência e para atingir as metas de qualidade do serviço prestado exigidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Para a AES, vender sua participação para um investidor específico poderia garantir um preço mais adequado, uma vez que ela não precisaria ter acordo com os demais acionistas. Em bolsa, a empresa tem de considerar o preço razoável para dar prosseguimento à oferta pública. O valor, no entanto, não será significativo para a companhia americana já que, em dólares, sua fatia na distribuidora de energia vale menos que US\$ 200 milhões.

Procurada, a GP diz que não comenta boatos de mercado. A AES diz que não vai se manifestar sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Justiça autoriza Aneel a cobrar CCC da Eletrobras

A Eletrobras sofreu um revés na Justiça com relação ao impasse com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre o recolhimento de encargo setorial relativo ao consumo de gás natural para geração de energia elétrica no

Amazonas. A decisão tem potencial para afetar a privatização do controle da holding elétrica, prevista para o segundo semestre.

Conforme antecipado ontem pelo **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, decisão proferida na última semana pelo desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, da sexta turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) possibilita a retomada, pela Aneel, do processo administrativo em que exige da Amazonas Energia, distribuidora subsidiária da Eletrobras, o ressarcimento de R\$ 3 bilhões da Conta de Consumo de Combustível (CCC).

Na prática, com a decisão, a Aneel deverá realizar novo sorteio para determinar o diretor-relator do caso, já que o anterior, Reive Barros, teve o mandato encerrado no início deste ano.

Agência deve sortear novo diretor relator para conduzir processo, após fim de mandato de Reive Barros

Segundo o advogado Gustavo de Marchi, do escritório Décio Freire & Associados, que representa a Amazonas Energia, a Eletrobras está estudando qual medida adotar. O mais provável, contou, é apresentar um pedido de reconsideração da decisão.

"A decisão será objeto de recurso competente, sendo certo que já foram identificados diversos pontos em que a Aneel induziu a erro o julgador", disse Marchi, ao **Valor**.

O especialista explicou que a decisão do tribunal reconhece a resolução número 2.202/2017 da Aneel, que homologou as cotas anuais da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), da qual a CCC faz parte. No entanto, ressaltou Marchi, a mesma decisão não valida resolução número 427/2011 da Aneel, que estabelece os procedimentos para processamento e gerenciamento da CCC.

"Embora haja determinação expressa do TRF-1 a impedir limitações ao reembolso de CCC previsto em lei, insiste a agência em editar novos atos administrativos, com base na resolução ilegal que o Tribunal afastou, restringindo direito líquido e certo da Amazonas Energia", afirmou Marchi.

Segundo o advogado, não houve mudança com relação ao mérito do processo. "A resolução 2.202 está baseada na [resolução] 427. Essa resolução recorrente da 427 também está viciada", completou.

De acordo com Marchi, na hipótese de confirmação da derrota na Justiça, ainda há possibilidade de vitória na Aneel. Isso porque o relatório da fiscalização que apontou a necessidade de ressarcimento de R\$ 3 bilhões, foi baseado na

resolução 427. Com a definição de um novo diretor-relator, o entendimento sobre o caso pode ser alterado.

No início deste ano, os acionistas da Eletrobras aprovaram em assembleia a assunção pela holding de todas as pendências das distribuidoras da companhia com encargos setoriais junto à Aneel. A medida teve o objetivo de retirar incertezas sobre as distribuidoras e ampliar a atratividade dessas empresas, que deverão ser leiloadas no início de maio.

Com a decisão dos acionistas e a nova decisão do TRF-1, porém, as incertezas passam a pesar sobre a holding Eletrobras, que também deverá ser alvo de privatização, prevista para o segundo semestre deste ano. "Se prevalecer esse entendimento, a privatização ficará prejudicada", disse uma fonte.

A solução para o impasse entre Eletrobras e Aneel é fundamental para outro ponto importante: a negociação da dívida da elétrica com a Petrobras sobre a aquisição de combustível para geração de energia elétrica no Amazonas.

A dívida total, segundo a Petrobras, é da ordem de R\$ 20 bilhões. Desse total, parte já foi negociada em um contrato de confissão de dívida. Do montante em aberto, ainda não foi definido quanto cabe à própria Eletrobras pagar e quanto é devido pela CCC. A estatal elétrica alega que, em vez de dever R\$ 3 bilhões à CCC, ela tem a receber R\$ 2 bilhões da conta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Chinesa volta a negociar compra de Santo Antonio

A chinesa SPIC Overseas voltou a conversar com Cemig e Odebrecht sobre uma possível aquisição do controle da hidrelétrica de Santo Antonio, localizada no rio Madeira (RO). Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, ainda não foi apresentada uma nova oferta.

As conversas entre as partes, que tinham sido paralisadas em meados do ano passado, foram retomadas recentemente, mas os chineses ainda vão se atualizar sobre o ativo e apresentar uma revisão dos termos da oferta apresentada ano passado - que tinha sido considerada desfavorável, principalmente pela Cemig. A expectativa é que isso aconteça ainda neste mês ou no começo de abril, quando as sócias vão avaliar se será viável retomar a negociação com exclusividade com a SPIC Overseas.

A nova proposta deve atualizar, entre outros pontos, o volume do reservatório da usina e sua garantia física (volume de energia assegurada que a hidrelétrica tem para vender). Santo Antonio Energia espera obter em breve a autorização do Ibama para que o reservatório da usina possa ser ampliado de 70,5 metros para 71,3 metros, depois que a autorização especial foi revogada ano passado.

A concessionária da hidrelétrica já pediu ao **Ministério de Minas e Energia (MME)** e à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorização para restabelecer a garantia física de 2.424 MW médios, alegando que está sofrendo "graves danos financeiros" desde que a garantia física foi reduzida em 96,1 MW médios, em julho do ano passado.

Logo depois, as negociações com a SPIC foram suspensas. Um dos fatores que afastou os chineses foi justamente a incerteza sobre a garantia física da usina e sobre a autorização para aumento da cota do seu reservatório.

Em carta enviada ao MME, a concessionária disse que falta só a conclusão da votação de um projeto de lei complementar pela assembleia legislativa de Rondônia para que as áreas no entorno do empreendimento tenham as licenças liberadas. Com a aprovação, e, posteriormente, anuência do Ibama, a hidrelétrica poderá voltar a operar com a cota de 71,3 metros.

"A urgência do pedido se justifica pelos enormes prejuízos acumulados e a importância da usina para o setor elétrico nacional", diz a carta enviada pela empresa ao governo, a qual o **Valor** teve acesso. Segundo o documento, a redução da garantia física, combinada aos níveis elevados do déficit de geração das hidrelétricas (GSF, na sigla em inglês), "vem provocando enormes impactos financeiros no caixa da companhia."

Outro ponto objeto de conflito entre os chineses e os sócios da usina envolve as condições da oferta em relação à questões como os colaterais dos pleitos administrativos e judiciais que envolvem a concessionária, além de discussões sobre excludente de responsabilidade e fator de disponibilidade da hidrelétrica.

A Odebrecht tem, entre participações direta e indireta, 28,6% da hidrelétrica, enquanto a Cemig tem outros 20,3%. Com os 2% que a Andrade Gutierrez tem na usina, as empresas formam o bloco de controle, que está liderando as negociações para a venda. Furnas, subsidiária da Eletrobras, tem 39% da usina, e deve exercer seu direito a tag along em uma eventual venda do controle à SPIC.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques**

Investimento da Siemens

A subsidiária brasileira do grupo alemão Siemens definiu plano de investimento de € 1 bilhão (em torno de R\$ 4 bilhões) no país em cinco anos, a partir deste ano. Esse montante significa triplicar os aportes em negócios no Brasil. "É um novo ciclo de crescimento sustentável no país nesse período, em iniciativas relacionadas a eletrificação, automação e digitalização", destaca o presidente da Siemens Brasil, André Clark. Em seu plano estratégico, a companhia prevê dobrar de tamanho até o fim de 2020, atingindo faturamento de R\$ 10 bilhões no país. Nesse contexto, ontem a companhia assinou um memorando de entendimento com a Agência Brasileira de Promoção de Investimentos e Comércio (Apex). O objetivo do acordo é desenvolver estudos, compartilhar informações, transferir conhecimento em setores como energia, transporte e saúde e aumento da competitividade industrial adotando conceitos da digitalização e eficiência energética.

Lucro da BR Distribuidora

A BR Distribuidora apurou lucro líquido de R\$ 1,151 bilhão em 2017, revertendo prejuízo de R\$ 315 milhões observado no ano anterior. Na mesma comparação, a receita líquida recuou 2,4%, totalizando R\$ 84,567 bilhões. Com relação ao Ebitda, em 2017 a companhia registrou crescimento de 486,3%, para R\$ 2,574 bilhões. Já o Ebitda ajustado aumentou 2,4%, totalizando R\$ 3,067 bilhões. A dívida líquida de R\$ 3,885 bilhões encerrou o ano praticamente estável em relação a setembro, quando o montante estava em R\$ 3,865 bilhões.

Statoil na 15ª Rodada

A petroleira norueguesa Statoil está analisando as áreas que serão oferecidas na 15ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), marcada para 29 de março, e no quarto leilão do Pré-sal, em 7 de junho. Segundo o presidente da petroleira no Brasil, Anders Opedal, a Statoil ainda não decidiu a estratégia para os dois leilões. "É muito cedo para dizer o que nós faremos. Estamos avaliando os prospectos", disse. "Apreciamos muito a iniciativa [da ANP] de ter previsibilidade de leilões", afirmou. Para ele, a definição de uma agenda de leilões permite à empresa se preparar para as licitações. Maior produtora privada de petróleo do país, como operadora, a Statoil é uma das 20 empresas já confirmada para a 15ª Rodada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás | De São Paulo****Título: Presidente deixa Tupy depois de 15 anos de transformação estrutural**

Escolhido pela Previ, fundo de pensão do Banco do Brasil, para liderar uma reestruturação financeira e transformar a fundição Tupy há quinze anos, Luiz Tarquínio dará lugar a Fernando de Rizzo na presidência da metalúrgica. O executivo assume em 2 de abril uma empresa diferente, que avançou na cadeia produtiva e hoje atua com ferro fundido a soluções de engenharia.

Em entrevista ao **Valor**, o novo presidente disse que a companhia está equilibrada e pronta para buscar aquisições ou acelerar os investimentos. A aposta da Tupy é no crescimento da demanda por máquinas para infraestrutura ao redor do mundo e por máquinas agrícolas, para suprir necessidades alimentares. A manutenção do motor a diesel por pelo menos duas décadas, nas projeções da empresa, também favorece seus produtos.

Alvos preferenciais de aquisições estariam na América do Norte - onde possui duas unidades fabris no México - e na Europa, diz Rizzo, concentrada no fornecimento a mercados de bens de capital e sistemas a diesel.

No ano passado, a companhia apurou lucro líquido de R\$ 153,4 milhões, contra prejuízo de R\$ 181,5 milhões em 2016. A receita líquida cresceu 13,8%, para R\$ 3,71 bilhões, enquanto o resultado operacional foi de R\$ 190,1 milhões, ante perdas de R\$ 184,7 milhões no ano anterior. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) somou R\$ 439,1 milhões, crescimento de 29,5%.

Parte dessa grande diferença na última linha do balanço foi causada por uma baixa contábil de R\$ 228,5 milhões em 2016. No ano passado, foi feita uma reversão de "impairment" de R\$ 8,3 milhões. Para este ano, a expectativa é que a receita cresça em ritmo próximo a 10%.

A empresa tem folga financeira para bancar o seu crescimento, seja com as próprias pernas ou se for às compras. No fim de dezembro, sua dívida líquida era de R\$ 757,6 milhões - 6,5% a mais do que em setembro e avanço de 10,4% no decorrer do ano. Isso representa uma alavancagem de 1,45 vez, segundo o índice de dívida líquida/Ebitda.

Luiz Tarquínio deixou a presidência da Previ em 2003 para implantar uma reestruturação financeira na empresa

"Esse perfil faz parte da transformação que fizemos na empresa", explica Tarquínio, que sai da Tupy para se concentrar em projetos de governança corporativa e potencialmente novos casos de reestruturação financeira. "É um novo modelo de negócios, em que dividimos o risco, mas também os ganhos, com o cliente, adotando uma postura mais conservadora financeiramente."

O executivo de 57 anos deixará o cargo 15 anos depois de deixar a presidência da Previ para assumir a da Tupy. Já Rizzo, 46, atualmente vice-presidente da unidade automotiva do grupo, começou na casa como estagiário 24 anos atrás.

A companhia fabrica componentes de ferro, principalmente para o setor automotivo - 94,4% da receita em 2017 veio desse tipo de cliente. Ela é essencialmente uma exportadora - 82,4% no mercado externo - e mesmo quando vende por aqui o produto final muitas vezes acaba sendo escoado ao exterior. Sua especialidade são blocos e cabeçotes usados em motores a diesel.

Atualmente, a estratégia da empresa é fazer parte da linha de montagem mundial de veículos de carga e máquinas, que necessitam de um material com maior resistência. Nesse caso, o alumínio muitas vezes não pode ser usado, como em carros de passeio, por exemplo. A empresa investe cerca de 4% da receita em pesquisa, desenvolvimento e engenharia, processos que muitas vezes fazem em conjunto com os grandes clientes e possibilitam produtos e serviços mais customizados.

A estrutura operacional da metalúrgica também está mais enxuta. Em 2017, desligou a fundição em Mauá (SP), que rendeu quase R\$ 60 milhões em despesas com reestruturação. Mas os efeitos já apareceram no balanço do ano, com margem Ebitda ajustado de 14,1%, ante 12,9% em 2016.

Para Rizzo, há um potencial ganho caso a seção 232 nos Estados Unidos de fato barre a importação de aço por lá. A tarifa de 25% poderia obrigar as siderúrgicas a reduzir a produção por aqui, usando menos sucata, usada também pela Tupy. Parte da fabricação do aço brasileiro é ajustada com sucata e há também produção em fornos elétricos exclusivamente com o insumo. O excesso da matéria-prima poderia comprimir o preço e aliviar custos da fundição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia e Marcelle Gutierrez | Do Rio e de São Paulo

Título: Acordo nos EUA e Refis afetam Petrobras

O acordo relativo à ação coletiva ("class action") na Justiça dos Estados Unidos e a adesão ao programa de parcelamento de débitos fiscais deverão afetar o resultado da Petrobras no quarto trimestre de 2017, podendo levar a um lucro pequeno ou até mesmo a um prejuízo no resultado anual da petroleira. A consequência é que a companhia não deve pagar dividendos pelo quarto ano consecutivo, de acordo com estimativas de analistas que acompanham a empresa. Caso a Petrobras feche o ano de 2017 com número positivo na última linha do balanço, será o primeiro lucro desde 2013.

Com relação ao quarto trimestre de 2017, a média das previsões feitas por seis casas de análise (Santander, Itaú BBA, Morgan Stanley, BTG Pactual, UBS e Credit Suisse) indica um prejuízo líquido de R\$ 493,5 milhões, revertendo o lucro de R\$ 2,51 bilhões obtido em igual período do ano anterior. Com isso, o resultado anual da petroleira seria um lucro líquido de R\$ 4,537 bilhões, revertendo o prejuízo de R\$ 14,8 bilhões contabilizado em 2016.

Três das previsões (Itaú BBA, Santander e BTG Pactual), porém, só consideram os efeitos recorrentes. Excluindo as três estimativas da conta, a média das previsões para o quarto trimestre seria um prejuízo de R\$ 3,374 bilhões, mantendo, porém, o resultado anual ainda em terreno positivo, de R\$ 1,657 bilhão.

"Se não houver nenhum outro evento, a Petrobras deve reportar ou lucro baixo ou prejuízo pequeno", afirmou um analista que preferiu não ser identificado, ressaltando que, devido aos fatores não-recorrentes "a visibilidade [do balanço] está baixa.

O Credit Suisse, que trabalha com uma expectativa de prejuízo de R\$ 4,6 bilhões para a Petrobras no quarto trimestre, também resalta as incertezas sobre o balanço, como baixas contábeis que são "difíceis de prever", R\$ 206 bilhões em contingências que podem se transformar em novas provisões e o resultado operacional, que pode "decepcionar".

As projeções do Credit Suisse consideram o acordo da ação coletiva em Nova York, por meio do qual a Petrobras pagará US\$ 2,95 bilhões e a adesão ao Refis, no qual está previsto o pagamento de R\$ 1,7 bilhão. Do lado positivo, porém, está a abertura de capital da BR Distribuidora, que rendeu R\$ 5 bilhões à petroleira.

Apesar da queda do lucro, a estimativa é de um Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$ 24,5 bilhões no quarto trimestre, um crescimento de 28% contra o terceiro trimestre de 2017, em função da alta de US\$ 10 do preço do barril do petróleo no período. Ante o quarto trimestre de 2016, o Ebitda deve recuar 1%.

Para o Itaú BBA, que prevê um lucro de R\$ 183 milhões no último trimestre do ano passado, a receita será impulsionada pelos preços maiores do petróleo. Além disso, os preços médios realizados para a gasolina e o diesel aumentaram no trimestre, de acordo com cálculos do banco. Em relação ao negócio de refino, o Itaú BBA entende que a Petrobras não recuperou participação de mercado no quarto trimestre, já que as importações continuaram altas. Com isso, o banco estima que a taxa de utilização das refinarias da empresa tenha continuado estável, em 77% da capacidade instalada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Anglo diz que rompimento de duto não atinge exportação

A mineradora Anglo American afirmou ontem que o rompimento de seu mineroduto em Minas Gerais não afetará seu cronograma para as próximas exportações de minério de ferro.

A empresa teve de suspender as operações do mineroduto, o Minas-Rio, na segunda-feira quando detectou um vazamento num trecho da tubulação no município de Santo Antônio do Grama, na região oeste de Minas.

"Até o momento não há previsão de impacto na nossa operação", afirmou a empresa ontem. "Hoje temos aproximadamente 700 mil toneladas de minério de ferro no estoque, volume suficiente para atender à programação de embarque dos próximos quatro navios", disse a companhia.

O duto liga a mina da empresa, localizada nos municípios mineiros de Alvorada de Minas e Conceição do Mato Dentro, até o Porto do Açu, em São João da Barra (RJ). É no porto onde a empresa tem os estoques de minério.

"Nós esperamos resolver isso rapidamente", disse ao **Valor** Ivan Simões, diretor de Assuntos Corporativos da mineradora ao se referir à suspensão das atividades do mineroduto. Ele afirmou que a empresa não sabe ainda o que causou o rompimento e que o assunto está sob investigação interna e de autoridades.

"Temos uma série de testes e equipamentos que percorrem o duto regularmente para detectar eventuais anomalias", disse Simões. "Vamos fazer os ajustes que, porventura, sejam necessários."

Um efeito imediato do rompimento da tubulação foi a interrupção do fornecimento de água para os 4.070 moradores do Santo Antônio do Grama. A

companhia de saneamento de Minas, a Copasa, capta água que distribui na cidade no Ribeirão Santo Antônio. E foi no ribeirão que caiu uma mistura de minério de ferro e água que passava pelo duto na hora do rompimento. O material não é tóxico, segundo a Anglo American. Ao todo, 300 toneladas do material vazaram do duto.

O objetivo imediato da empresa, segundo Simões, é trabalhar para o restabelecimento do abastecimento de água. Ontem, segundo a agência de notícias americana Reuters, o presidente mundial da mineradora, Mark Cutifani "garantiu" que o vazamento não provocou danos ambientais sérios na região e na qualidade da água.

Mas ontem autoridades iniciaram uma pressão sobre a empresa. O Ministério Público de Minas Gerais pediu à Justiça o bloqueio de R\$ 10 milhões da mineradora. "O objetivo é garantir a reparação e indenização dos danos sociais e ambientais causados", disse a promotoria. "Além disso, [o MP] quer que a Anglo seja obrigada a, no prazo de 72 horas, realizar a contenção e posterior retirada e destinação ambientalmente adequada dos poluentes."

O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) informou que a empresa deverá apresentar as causas do vazamento, a composição do material que vazou, a extensão dos danos, ações para a retomada do abastecimento de água, um plano de retirada do minério do ribeirão e prestação diária de informações sobre a contenção do minério.

MME / ASCOM .